

4. Actores sociais, tempo e racionalidade

Mas uma análise cuidadosa das relações existentes entre os negócios e a política mostra que o Imperialismo agressivo que procuramos compreender, não é em geral o produto de cegas paixões das raças ou de uma mistura de loucura e ambição dos políticos. É muito mais racional do que parece à primeira vista. Irrracional de um ponto de vista da nação como um todo, é bastante racional do ponto de vista de certas classes da nação. Um Estado completamente socialista que mantivesse uma boa contabilidade e apresentasse regularmente contas das despesas e das receitas em breve poria o Imperialismo de lado; e uma democracia inteligente de *laissez-faire*, que na sua política atribuísse uma ponderação devidamente proporcionada a todos os interesses económicos por igual, faria o mesmo. Mas um Estado no qual certos interesses de negócios bem organizados são capazes de pesar mais do que os interesses fracos e difusos da comunidade, não tem como deixar de prosseguir uma política de acordo com a pressão destes interesses. (Hobson, 1961⁶⁵).

Começo este capítulo com uma breve discussão da relação entre as diversas temporalidades e os distintos ramos do conhecimento relativamente aos quais considero que são relevantes. Ao longo da pesquisa bibliográfica que tive ocasião de efectuar para documentar e substanciar a tese aqui proposta, fui encontrando problemas e polémicas relativas a divergentes interpretações de factos comumente aceites, polémicas que, provavelmente, poderiam ser minoradas se se tivessem em consideração as diferentes temporalidades que cada ramo de conhecimento, normal e implicitamente, leva em linha de conta. Passarei, em seguida, a considerar a relação existente entre a temporalidade (ou unidade de tempo relevante) e o critério de racionalidade dos actores sociais para finalmente discutir, ainda que brevemente, o efeito estruturante de qualquer racionalidade.

4.1 Temporalidade e análise científica

Como é do senso comum entre cientistas sociais, em toda a análise social é indispensável considerar o vector tempo. Assim sendo, é de fundamental importância considerar, ou ter em linha de conta, quais são as mais adequadas ou relevantes unidades de medida temporal a aplicar. Perspectivar ou pensar a diferença conceptual entre «conjuntura» e «estrutura» é uma outra forma de considerar este problema. Como veremos mais adiante, não é difícil encontrar na literatura análises de fenómenos sociais que confundem (ou parecem confundir) causas e efeitos de natureza conjuntural, com causas e efeitos de natureza estrutural. O fim do regime do *apartheid* e as análises produzidas a

65 Imperialism foi publicado em 1902, justamente a propósito da África do Sul e da Guerra dos Bôeres.

esse respeito dão-nos disso alguns exemplos, designadamente as diferenças de interpretação produzidas por liberais e marxistas (Fine & Rustonjee, 1996). Justamente uma das teses subjacentes a este livro tem como componente uma determinada racionalidade de comportamento do grupo nacional africânder, e em particular da sua fracção mais esclarecida, ao longo de aproximadamente nove décadas, abrangendo mais ou menos três ou quatro gerações. Ora, só faz sentido falarmos de racionalidade de comportamento de um grupo social se, em primeiro lugar, tivermos em linha de conta diversos factores, entre os quais uma unidade de tempo que seja pertinente ou relevante para o fenómeno em estudo. Uma das diversas críticas que é normal encontrar relativamente à alegada menor aplicabilidade (ou mesmo falta de validade) do paradigma neoclássico na ciência económica, é justamente o seu suposto carácter atemporal. Como se sabe, a introdução do vector tempo na análise económica é feita através do juro e da chamada «actualização do valor», sendo que a atribuição de uma determinada taxa de desconto a uma aplicação financeira (que acaba por ser a expressão final de qualquer investimento económico) permite transformar um esperado valor futuro, num determinado valor presente. A análise económica convencional encararia assim o tempo, não como um *continuum* dinâmico e com permanentes efeitos de retroacção, mas antes como uma sequência de momentos descontínuos entre si, um pouco como a ilusão de tempo e movimento criada no cinema pela extremamente rápida sequência de fotogramas.

E, no entanto, devemos ter presente que, ao nível daquilo que chamaríamos a cintura protectora do núcleo central do paradigma neoclássico, muitos têm sido os desenvolvimentos teóricos envolvendo a inserção do factor tempo, desde os modelos de crescimento de Harrod e Domar⁶⁶ até ao mais recente modelo de Solow, considerado como o fundador da teoria neoclássica do crescimento (Arrous, 1999). O que é importante assinalar é a necessidade, reconhecida por muitos economistas, de integrar na análise factores extra-económicos, designadamente políticos, institucionais e culturais. Em todo o caso, da leitura da literatura convencional sobre o tema do crescimento parece resultar a ideia de que o vector tempo é como que considerado ao longo de uma linha horizontal, sendo que a sociedade se vai deslocando da esquerda para a direita (por exemplo...) deixando atrás de si capital acumulado mas (e sobretudo!...) desvalorizado, enquanto vai elaborando à sua frente (no tal sentido da direita...) novo capital, sob a forma de novos conhecimentos e tecnologias incorporadas em máquinas e sistemas de trabalho. A ideia aqui defendida é algo diferente, no sentido em que se propõe não uma linha horizontal, mas

66 Modelo desenvolvido nos anos 30 e que procura explicar o crescimento económico com base na taxa e nível da poupança, assim como na produtividade da economia com um todo (rácio capital/produto).

uma linha ascendente, linha essa que terá tão maior declive quanto maior for o ritmo de acumulação de conhecimento e tecnologia. A diferença de percepção social entre uma linha de progressão histórica de acumulação na «horizontal» e uma linha 'inclinada' (de maior ou menor declive), só se torna notória, porém, se levarmos em linha de conta a unidade de tempo que for efectivamente relevante. Mesmo considerando que, como disse Keynes, «a longo prazo estamos todos mortos».

A observação em perspectiva do conteúdo tecnológico subjacente a alguns dos objectos comuns do nosso dia-a-dia, uma caneta esferográfica ou um disco compacto, por exemplo, favorece a compreensão da mesma ideia. Cada um destes objectos tem como que por debaixo de si toda uma pirâmide (mais ou menos escondida, mais ou menos esquecida) de conhecimento científico, tecnologia e capital, tudo isso acumulado ao longo de milénios, conhecimento, tecnologia e capital esses que vão sendo (ou não...) «património comum da humanidade».

Devemos também ter presente que estas considerações, relativamente à racionalidade e às unidades de tempo mais relevantes, são válidas tanto no caso de grupos sociais de carácter político ou cultural, quanto no caso de grupos sociais de tipo económico, como as empresas. Vejamos assim brevemente, e deste ponto de vista, a problemática das empresas, em geral, e das grandes empresas, em particular. Até pelo papel instrumental decisivo, da sua utilização pelo poder político africanês. A determinante influência económica, social, cultural e política exercida em todo o mundo pelas maiores empresas transnacionais é suficientemente relevante para justificar a existência de uma unidade das Nações Unidas dedicada ao seu estudo e observação. Enquanto a lógica de trabalho da quase totalidade das micro-empresas e de muitas PME de todo o mundo, tem ciclos de operações que se medem em meses (quando não em dias...), a lógica de trabalho das maiores empresas transnacionais tende normalmente a ter ciclos de operações e de planeamento que se medem em anos ou mesmo em décadas. Já a lógica do trabalho político, no mundo das democracias parlamentares, sujeitas à possibilidade de alternância no poder por via de eleições periódicas, acaba por ser condicionada pelo calendário político (ou pelo oscilar das sondagens sobre o estado de satisfação da opinião pública...), medindo-se em unidades de tempo que rondam, em média, os quatro ou cinco anos. A ocorrência regular de eleições intercalares e para diferentes níveis de hierarquia política ou diferentes órgãos do poder, tende a reduzir ainda aquela unidade de tempo. Só em circunstâncias particulares e para determinados tipos de decisão, são levados em linha de conta factores que assumem uma lógica de funcionamento de períodos de tempo de maior duração. Em todo o caso, a experiência e a observação permitem assumir como razoável que a

lógica de trabalho decisório no mundo das grandes empresas transnacionais tem um ciclo de aplicação e funcionamento de maior duração, estabilidade e consistência do que a lógica de funcionamento tendencial na maior parte das burocracias estatais⁶⁷. Como é natural, estas reflexões introdutórias ao tema, baseiam-se apenas na consideração do carácter específico do comportamento emergente em cada um dos dois tipos de organização aqui considerados (em todo o caso sempre perspectivados como arquétipos ou referenciais), e não em observação ou estudos de caso efectuados no terreno⁶⁸. Também aqui cabe referir a especificidade do caso da África do Sul.

Vimos já que a personagem central no caso do paradigma neoclássico em ciências económicas é a ficção (analiticamente útil, mas ficção), do *homo economicus*. Este personagem central tem uma postulada racionalidade de calculador nato, correspondendo assim como que ao domínio absoluto e total da personagem central das três personagens que, segundo a análise proposta pela análise transaccional em psicologia de inspiração freudiana, coexistem em cada um de todos nós, seres humanos (Berne, 1984). Para este *homo economicus*, tal como na mecânica newtoniana, o Tempo⁶⁹ em rigor não conta e o seu comportamento será sempre assim um comportamento oportunístico. Há, no entanto, aqui a assinalar como que um *caveat*: Como observou Pasteur, «La chance ne sourit qu'aux esprits bien préparés»⁷⁰. Quer isto dizer que qualquer actor social que persegue determinado objectivo estará sempre alerta às circunstâncias mais favoráveis para a sua consecução. Reportando-nos ao tema central deste livro, a tese que aqui defendemos é justamente a de que os bôeres (ou africânderes) desde sempre perseguiram um determinado objectivo: basicamente a sua afirmação étnica, sendo a independência política no concerto das nações meramente instrumental a esse respeito. Ora na prossecução desse objectivo (aliás comum a todos os povos, tema que hoje se apresenta nos círculos académicos sob o título genérico de «afirmação identitária»), sempre os bôeres procuraram quer a paridade socioeconómica com os ingleses, vistos como ocupantes e conquistadores, quer o reconhecimento do direito à sua afirmação sociocultural. Como veremos, este objectivo fundamental foi prosseguido ao longo de décadas, tema que discutiremos mais tarde.

Como bem assinala Stephen Smith (2003), «em parte alguma do mundo e à mesma escala que em África, é possível encontrar a coexistência, no tempo

67 Pode argumentar-se em sentido contrário, lembrando a dependência de muitas decisões e actuações de gestores de topo das grandes empresas MNC relativamente às oscilações diárias, ou trimestrais, das principais bolsas de valores.

68 Embora nos pareça ser razoável trazer aqui à colação a experiência vivida durante cerca de trinta anos numa grande multinacional de referência e a observação diária e leitura de casos, no que diz respeito ao comportamento de burocracias empresariais e elites governativas em diversos países.

69 Estamos a pensar na carga cultural, social e familiar que advém da vivência no tempo, quer do tempo passado, ou herança pessoal, quer do tempo futuro, ou expectativa de consequências afectivamente avaliadas.

70 <http://www.evene.fr/citations/auteur.php?id=718&p=2>

presente, de tão diversas temporalidades, a ponto de se pensar na “eternidade no instante” dos surrealistas». É assim que, quando se estuda o comportamento de grupos sociais concretos, como é o caso dos africânderes na África do Sul ao longo de várias décadas, é importante termos presentes quer os conceitos de estratégia dos actores sociais, quer a ideia da sua racionalidade, avaliada em termos de unidades de tempo de referência. Por isso, parece-nos importante referir, ainda que de maneira muito sucinta, as ideias de «tempo» e «racionalidade», no contexto das relações entre as diversas ciências sociais, bem como considerar com algum detalhe a problemática da percepção, por parte dos agentes sociais e económicos, do tempo em que se movem, em relação ao qual tomam decisões e que, para eles, é efectivamente relevante.

A ortodoxia económica subjacente ao neoliberalismo, que tem prevalecido nas esferas dominantes das chamadas *Bretton Woods Institutions* (em particular o FMI e o Banco Mundial), acaba por se fundamentar num princípio de carácter dedutivo e apriorístico: o de que o comportamento dos indivíduos é baseado no «princípio da maximização da utilidade». No plano do desenvolvimento das ideias, e segundo Joan Robinson (1983), um dos grandes contributos da teoria geral de Keynes foi o corte radical com a ortodoxia neoclássica, de carácter axiomático, em que a racionalidade reclamada para o sistema pelos seus proponentes e defensores era tida como sendo de carácter ‘eterno’ (logo fora do tempo concreto, histórico, social e humano) e ‘universal’ (logo fora de todo e qualquer contexto geográfico e cultural). Ainda segundo a mesma autora, Keynes terá procurado, explícita e especificamente, estudar a economia concreta do seu tempo, com o intuito de compreender e explicar o que estava objectivamente a acontecer com as sociedades concretas, histórica e culturalmente condicionadas, que lhe era dado conhecer. Nesse sentido, podemos dizer que Keynes (re)abriu o caminho para o futuro encontro dos campos de interesse da teoria económica e da antropologia. Dizemos que (re)abriu, pela simples razão de que já Marx e Engels tinham reflectido e escrito sobre as relações entre a história e a cultura, por um lado, e a economia política, por outro. Acrescente-se, de passagem, que num mais profundo nível de análise do pensamento neoclássico em economia, a sociedade na sua globalidade era concebida como um todo harmonioso e sem internos conflitos de interesse. Ou seja, na sociedade não existiriam classes nem outros grupos sociais que pudessem ter entre si interesses contraditórios.

Assim, também os proponentes e defensores da linha substantivista são aqueles que caracterizam a ciência da economia como sendo o estudo concreto das condições concretas de produção e distribuição de bens e serviços tidos como úteis e/ou necessários pelos membros de uma dada sociedade. Tal como sugeriu Joan Robinson, os formalistas discutem «coisas», enquanto os

substantivistas discutem «pessoas», sendo que para as coisas o tempo é neutro e para as pessoas o tempo é tudo e determinante. Por outro lado, e para concluir esta brevíssima introdução ao tema proposto, devemos ainda ter presente que, como disse René Thom (1993), a teoria da catástrofe é, em rigor, uma fenomenologia das superfícies de descontinuidade. Ora, se pensarmos que a sua aplicação às ciências sociais e económicas perspectiva cada momento histórico concreto como sendo mais uma «superfície de descontinuidade», então deveremos pensar que cada um desses momentos históricos concretos, no nosso caso a transição na África do Sul de um regime de *apartheid* para um regime de democracia plurirracial, tem subjacente, ou corresponde a um entrecruzar de um número indeterminado de «ondas de variabilidade» de dimensão (ou função matemática) incerta ou pouco conhecida. A ‘arte’ de futurologia que se poderia fazer, deveria consistir na identificação de qual fosse a determinante «onda de variabilidade» (ou o conjunto de «ondas de variabilidade») que estarão presentes e actuantes em cada momento histórico concreto. De entre estas diversas «ondas de variabilidade», devemos distinguir os factores externos à situação da África do Sul, muito em particular no contexto do conflito a que se convencionou chamar Guerra Fria, assim como o fim do império colonial português, em particular os casos de Angola e Moçambique. Como se sabe estes «estados ultramarinos portugueses» funcionaram, durante mais de dez anos, como zonas tampão, até do ponto de vista militar, entre a actuação dos movimentos de libertação e o território da África do Sul. No caso do conflito latente na Guerra Fria, há também que considerar o alinhamento incondicional do governo do Partido Nacional ao lado das potências da NATO, assim como a ‘cobrança de rendas’, em termos políticos e até económicos, de um tal alinhamento.

Podemos ainda considerar uma outra «onda de variabilidade»: a evolução acelerada de novas tecnologias de tratamento da informação e de comunicação, sendo que essa evolução acelerada ao longo das décadas de 70 e 80, tem permitido um muito maior grau de integração e de controle de operações industriais, comerciais e financeiras à escala do globo, reduzindo assim os custos de diversa natureza associados à dispersão geográfica de pessoas e territórios. Outra «onda de variabilidade» a ter em linha de conta na análise que aqui se procura fazer, é finalmente a principal, a mais profunda e de maior carga sistémica: a tendência de longo prazo para a expansão do sistema, tendência essa que resulta da chamada «queda tendencial da taxa de lucro», traduzida (na perspectiva aqui sugerida) pela conhecida «onda de Kondratieff», ou ainda e alternativamente, a «grande onda» estudada por David Hackett Fischer (1996).

4.2 Racionalidade como princípio estruturante

A industrialização é incompatível com o monopólio do poder político (e em última análise, económico) por parte de um grupo ou classe. Em parte alguma (fora da União [da África do Sul]) há uma minoria que reclame governar por direito divino. Este tipo de despotismo [é] uma aberração, um anacronismo, o qual não poderá sobreviver muito mais tempo. (Michael Harmer, *Revolutions are not abnormal*, África South, Jan.-Mar. 1959).

Dada a crença na irracionalidade fundamental do apartheid, não é de todo surpreendente que os líderes do Congresso [Nacional Africano] tivessem estado persuadidos do potencial que podiam ter as campanhas de protesto educativo, em modificar a opinião de uma secção do eleitorado branco. (Lodge, 1983).

A expressão «oportunista» ganhou na linguagem corrente uma conotação claramente negativa, sendo de assinalar que essa conotação também passou para a análise do comportamento social onde «comportamento oportunista» aparece quase sempre eivado de uma ideia de carácter normativo e de cariz socialmente menos desejado. Assinale-se ainda que, ao longo dos últimos anos, se divulgou nas técnicas de gestão a expressão «janela de oportunidade», indicando que, entretanto, se tornou, não só normativamente aceitável, mas até altamente recomendável que os actores sociais da praxis económica (empresas, quadros e dirigentes) devem, sempre que possível, aproveitar as «janelas de oportunidade» que a conjuntura lhes propicie.

Por razões que penso tornar evidentes mais adiante, podia ter designado este capítulo como «A segunda vitória de Jan Smuts». De facto, e avançando uma das conclusões a que acabaremos por nos referir, os adversários de Jan Smuts, ao tempo os dirigentes do então Partido Nacional, e em concreto James Herzog, acabaram por conduzir a nação ou comunidade africânder à situação em que, ao fim de três gerações, os seus herdeiros políticos se viriam a encontrar, integrados na economia mundializada do actual sistema-mundo, situação antecipada, aliás, pela política de conciliação com o mundo global do Império Britânico de 1900, então prosseguida por Jan Smuts. Para a cabal compreensão das implicações deste enunciado, apresenta-se oportuna a, ainda que breve, discussão analítica do problema da racionalidade dos actores sociais que escolhemos como referência (os africânderes), neste estudo sobre a África do Sul e a sua inserção no sistema-mundo.

Disse anteriormente que considero as empresas como actores sociais relevantes de primeira ordem, para a compreensão do modo de inserção da África do Sul no sistema-mundo. No caso específico do grupo africânder e da forma como este grupo se apropriou do aparelho do Estado para, através dessa

apropriação, dar origem a grupos empresariais que serviam os seus interesses de longo prazo, será interessante esclarecer a forma como o comportamento social emergente dentro das empresas se veio a coadunar com o projecto histórico de inserção dos africânderes, enquanto grupo social, na economia internacional, globalizada no sistema-mundo.

De modo a melhor compreender e explicar o comportamento humano em ambiente de trabalho, as ciências do comportamento humano socialmente organizado (como é o caso nas empresas) desenvolveram um conjunto de premissas, todas elas baseadas naquilo que poderíamos designar por «racionalidade postulada». Como já vimos, de um ponto de vista metodológico as disciplinas da economia e da gestão, pelo menos nas suas versões convencionais (também ditas da «corrente principal»), começam por presumir a desagregação total e individualizante dos diversos elementos constituintes da sociedade. Em resultado dessa mesma desagregação, o comportamento observável do todo social é entendido como o somatório da multitude dos diversos comportamentos individuais. Daqui resulta que o método tido como válido ou relevante para a investigação e análise, entre os cientistas sociais que se ocupem destas disciplinas, é o método hipotético-dedutivo.

Nesta abordagem metodológica, todo o comportamento individual é entendido como sendo ditado pela racionalidade, enquanto a resolução dos normais conflitos, que inevitavelmente resultam da interacção das diversas liberdades de actuação, é supostamente conseguida através da mediação de todo um conjunto de mecanismos a que, no campo das ciências socioeconómicas, podemos chamar «mercado». Como é evidente, estou a raciocinar no âmbito daquilo a que se convencionou chamar «sociedade civil», no sentido em que a fase histórica da «regra da espada» foi substituída – melhor dizendo, foi superada – pela fase histórica da «regra do contrato».

Assim, a racionalidade aqui postulada acaba por estar subjacente ao entendimento que normalmente se tem das mudanças que naturalmente ocorrem nas estruturas organizacionais, sejam no âmbito dos métodos, dos processos ou das tarefas, seja no âmbito das pessoas e da sucessão de cargos desempenhados, sendo que essas mudanças decorrem num contexto de modernização, tal como conceptualizado pelas estruturantes variáveis padrão de Parsons (Robertson & Turner, 1991). Como também é sabido, estas variáveis padrão foram elaboradas no contexto das teorias da modernização⁷¹ e representam, no campo da sociologia, uma contrapartida das características do *homo economicus* no campo da teoria económica. Segundo o que é sugerido por este

71 Além de se inserirem na corrente de explicações culturalistas em relação ao 'atraso', ou 'não desenvolvimento', de alguns povos relativamente a outros 'mais avançados'.

esquema analítico, os investigadores em ciências sociais, ao estudarem o grau de desenvolvimento de uma qualquer sociedade, tentam determinar, para cada uma daquelas variáveis, onde colocar a situação concreta encontrada nessa sociedade. Assim, no caso das empresas, numa sociedade considerada moderna onde é suposto predominar o comportamento típico do *homo economicus*, espera-se que os quadros sejam afectivamente neutros nas relações com os colegas, superiores e subordinados, que demonstrem, no dia-a-dia profissional, as suas capacidades técnicas e pessoais, que estejam aptos a tanto poderem estar hoje numa determinada empresa e num determinado país, como poderem estar amanhã noutra empresa e noutro país; que, finalmente, se preocupem com os seus interesses pessoais individuais antes de pensar nos interesses do colectivo social em que estão inseridos (no caso, a empresa). Em contraste com este comportamento social postulado pelo princípio estruturante da racionalidade, princípio cujo objectivo básico é a possibilidade de elaboração de estruturas organizacionais que funcionem de acordo com bases racionais, a observação no terreno em qualquer das muitas empresas que têm sido exaustivamente estudadas por centenas de consultores de gestão ao longo das últimas décadas, revela uma estória bastante diferente. Na prática observada, parecem funcionar predominantemente quer as sucessões de carácter familiar, quer as regras das redes de reciprocidade dos chamados *old boys networks*. Por outras palavras, podemos ser levados a concluir que a antropologia ou a sociologia se apresentam com melhores qualificações e instrumentos analíticos, do que a economia, para o estudo do comportamento, individual e colectivo ou emergente, dentro das entidades sociais que são as empresas.

Um outro comentário que aqui parece ser oportuno relaciona-se com a referida presunção de «racionalidade» por parte do paradigma neoclássico em economia e da crítica formulada a esse respeito por Herbert Simon (1975). Simon parece imaginar ou pressupor que o paradigma neoclássico postula algo parecido com «informação perfeita» e «lógica aristotélica absoluta», da parte de todos os participantes na acção social, como se houvesse, da parte dos proponentes do paradigma neoclássico, a pretensão de que a abstracção (por definição um constructo mental de significado operativo) teria correspondência à realidade concreta, exterior e objectivamente observada. A este respeito remete-se o leitor para a discussão mais detalhada sobre a crítica do paradigma neoclássico, em que a ciência económica aparece mais como uma ciência do faz-de-conta, mais próxima da geometria euclidiana do que da física experimental. Enumera-se uma série de premissas de base e, com base nessas premissas, formula-se e deduz-se uma série de teoremas. Penso que não há nada de errado nesse procedimento, desde que não se esqueça a natureza

apriorística das referidas premissas e, sobretudo, que se aceitem as consequências lógicas inerentes aos postulados enunciados *a priori*.

Tal como dizia Louis Pasteur, «a sorte favorece sempre o espírito que está preparado». Entretanto, a crítica que é feita ao paradigma neoclássico relativamente ao seu postulado de «informação perfeita» contém implícita a ideia de um *homo economicus* divinizado e omnisciente. Presume-se que não será essa, de todo, a ideia dos proponentes do referido paradigma, na medida em que este conceito resulta apenas de um processo social e analítico (de reflexão ou de decantação mental), à maneira da construção de um *ideal type*. Deveria ser evidente que, quando se postula para o fictício *homo economicus* uma determinada racionalidade, não se pode deixar de ter presente a limitação espaço-temporal do seu acesso à informação. Assim sendo, quando se critica o paradigma neoclássico pelo facto de este presumir, da parte dos actores envolvidos (gestores, trabalhadores ou consumidores), uma postulada «informação perfeita», está-se claramente a criticar o incriticável, na medida em que nenhum decisor, em nenhuma circunstância, tem acesso a *toda* a informação relevante. Todo e qualquer decisor só pode tomar decisões com base na informação a que efectivamente tem acesso, sendo que essa informação, ainda por cima, é necessariamente filtrada pela mundivisão, ou paradigma ideológico, em que cada decisor foi natural e socialmente endoutrinado.

Pela parte que aqui nos interessa, importa então assinalar o facto de que o comportamento social observado, quer em empresas, quer em grupos de expressão política, será sempre o que melhor se adequa às circunstâncias e que garante o melhor aproveitamento das oportunidades proporcionadas pela conjuntura, tendo em conta os objectivos que cada empresa ou grupo social se propõe, no curto, médio e longo prazo. No caso do grupo africânder como um todo, estes são, em primeiro lugar, a afirmação identitária e, em segundo lugar, mas de forma derivada e determinante em relação ao primeiro objectivo, a obtenção da paridade social e económica com os ingleses radicados na África do Sul. É assim que se podem vir a compreender as decisões tomadas pelo poder político africânder, ao longo de várias décadas, sobre o lançamento de empresas públicas estatais, com o intuito explícito de maximizar o ritmo de acumulação e de apropriação de capital em benefício da generalidade da comunidade africânder. Como é natural, e tendo em conta o tipo de comportamento oportunista que daí deriva, a prossecução desse objectivo maior de alcançar a paridade social e económica com os ingleses da África do Sul, ao dar origem ao lançamento de empresas públicas com capitais obtidos através do aparelho de Estado e com fundos colectados a partir de empresas de carácter étnico, veio despoletar uma determinada lógica de comportamento social, por parte dos gestores empresariais entretanto nomeados. Essa lógica

de comportamento leva a que, ao fim de duas ou três gerações de desenvolvimento empresarial, os herdeiros naturais desse corpo de gestores e quadros directivos, venha a assumir uma mundivisão onde predominam os caracteres associados à modernidade e ao universalismo. Tais caracteres são propícios a um ambiente social e político que conduziu, naturalmente, ao reconhecimento da necessidade de dismantelar o regime de *apartheid*.